

“O PROJETO DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UNICAMP: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES”

Marina Gama Cubas da SILVA
(Orientadora): Profa. Dra. Terezinha de J. M. Maher

RESUMO: Neste artigo, pretendo apresentar algumas considerações preliminares resultado da análise parcial dos dados gerados pelo Projeto de Iniciação Científica “Diversidade Lingüística e a Formação de Professores na UNICAMP”. Tal projeto, financiado pelo PIBIC/CNPq, tem por objetivo analisar os discursos produzidos por licenciandos do último ano de Pedagogia da UNICAMP, de modo a verificar as representações que esses alunos constroem acerca de diferentes variedades da língua portuguesa e das identidades dos falantes dessas variedades. Para tanto, expomos os sujeitos de pesquisa a amostras, gravadas em áudio, de diferentes variedades sociolingüísticas do português e, em seguida, os entrevistamos. O conjunto de entrevistas obtidas constitui o *corpus* que está, no momento, sendo analisado. A expectativa é que os resultados dessa pesquisa possam servir de indícios para que saibamos se esses licenciandos estão sendo formados, ou não, para considerar o respeito à diversidade lingüística em seu futuro exercício da docência.

Palavras-chaves: diversidade lingüística, preconceito lingüístico, representações, formação de professores.

O tema da pesquisa de Iniciação Científica aqui focalizada foi pensado a partir das discussões ocorridas nas disciplinas “LA401-Linguagem, Diversidade e Ensino” e “LA402-Pesquisa em Linguagem, Diversidade e Ensino”, ministradas no segundo semestre de 2006 pela orientadora desse trabalho. Essas duas disciplinas, incluídas na nova grade curricular do curso de Letras da UNICAMP, abordaram a questão da diversidade lingüístico-cultural em nossa sociedade, focalizando, mais especificamente, a diversidade presente nas salas de aulas brasileiras. Chegando ao término do semestre, foi necessária a realização de um pequeno projeto que discorresse sobre alguma das questões discutidas em sala de aula. O trabalho por mim apresentado constituiu-se em um esboço do que propus desenvolver, de forma mais aprofundada, no projeto de Iniciação Científica em pauta, cujo objetivo é investigar a postura de licenciandos de Pedagogia da UNICAMP frente à diversidade lingüística de nosso país. Qual a relevância de se investigar esse tema?

Muitos estudiosos vêm de há muito insistindo que todas as variedades lingüísticas equivalem, do ponto de vista científico, quanto a sua complexidade e quanto a sua eficiência comunicativa. Como historicamente, porém, uma das variedades do português foi alçada à posição de variedade “padrão” para

garantir a “uniformidade interna” da nação brasileira e o controle político, social e econômico de certos grupos no país, foi sendo criado, no imaginário da população, o mito de que há uma forma do português que é a “correta”, enquanto que às demais caberia o rótulo de “variedades incorretas” (POSSENTI, 2000; BAGNO, 2006; BORTONI, DETTONI, 2001; MAHER, 2007). A imposição de uma variedade sobre as outras se deveu, assim, a questões que vão para além da questão lingüística: “*uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais*” (GNERRE, 1988, p.61).

Apesar das inúmeras pesquisas que comprovam que a intolerância lingüística não tem respaldo científico, os estudiosos da linguagem encontram inúmeros obstáculos na difusão dessa tese, pois ela não chega aos meios de comunicação – o contrário ocorre, pois o preconceito lingüístico sedimenta-se, cada vez mais, na mídia. Conseqüentemente, não se consegue dar a amplitude necessária à tese para que tal preconceito seja combatido em âmbito nacional. Sobre essas dificuldades, Faraco afirma:

“A lingüística (e aqui nos interessa discutir só o caso brasileiro), de modo diferente de outras ciências, não conseguiu ainda ultrapassar minimamente as paredes de pesquisa e se difundir socialmente para fazer ressoar o discurso científico em contraposição aos outros discursos que dizem a língua no Brasil [...] As pessoas em geral não têm acesso a uma crítica ao dizer mítico sobre a língua e este, então, continua a reinar soberano. *Em termos de língua, ainda vivemos culturalmente numa fase pré-científica e, portanto, dogmática e obscurantista.*” (FARACO, 2001) (destaque meu)

O que falta, como afirma Faraco mais adiante em seu texto, seria a ampliação dessa discussão no espaço público, para que, através do conhecimento, a discriminação lingüística pudesse ser combatida.

No âmbito da Educação, o combate ao preconceito lingüístico vem sendo, nas últimas duas décadas, enfatizado nos documentos oficiais que tratam do ensino nas escolas brasileiras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais demonstram preocupação com essa questão:

“Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor da que a de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. [...] No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas.” (BRASIL, 1999a, p. 31)

Atento a essas exigências e recomendações, o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP, informado pelos resultados de suas pesquisas, tenta combater a intolerância lingüística através da conscientização de seus licenciandos – futuros educadores e formadores de opinião. Os alunos dessa instituição são, desde o primeiro ano do curso de Letras, expostos a textos e discussões que problematizam a noção de que o português padrão é a única forma adequada, correta da língua nacional. Essa política de formação para a docência certamente contribui para que professores de língua portuguesa em formação tratem, futuramente, a diversidade lingüística em sala de aula de forma respeitosa. É possível ensinar o português padrão sem denegrir as variedades lingüísticas presentes em sala de aula, sem rebaixar a auto-estima dos alunos.

Tal política está em consonância com o que apregoa os Referenciais para Formação de Professores do MEC:

“São muitos os aspectos que precisam ser considerados para que o professor possa se relacionar com seus alunos de maneira não discriminatória e ajudar seu desenvolvimento, para que eles se lancem não só ao desafio de aprender os conteúdos escolares, mas também ao desafio de viver, participar de sua comunidade e da sociedade mais ampla. Isso demanda não só aquisição de conhecimentos já produzidos “sobre” crianças, jovens e adultos, mas também uma reflexão sobre suas próprias representações e crenças, implicando muitas vezes uma revisão de valores pessoais. [...] *Pelo lugar que ocupa, o professor tem enorme influência sobre seus alunos, pois a forma como os vê influencia não só as relações que estabelece com eles, mas também a construção da sua auto-imagem.* [...] Mesmo que não se manifeste explicitamente, sua forma de agir, suas expressões, seu tom de voz, entre outras coisas, contém mensagens que dizem muito aos alunos.” (BRASIL, 1999b, p. 89-90) (destaque meu)

O problema que se coloca, no entanto, é que as identidades, as auto-imagens de nossos futuros alunos não são construídas apenas pelos professores de português que atuam na 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e em todo o Ensino Médio. De nada adiante esses respeitarem os diferentes modos de falar, se os professores que os precedem já tiverem, nos primeiros anos de escolarização das crianças, inculcado o preconceito lingüístico e contribuído para a construção de baixa auto-estima. É por esse motivo que a este estudo interessa perguntar de que forma os licenciandos de Pedagogia da UNICAMP respondem à diversidade lingüística. Em outras palavras, o estudo pretende analisar o valor que os futuros professores de 1ª a 4ª série atribuem às variedades da língua portuguesa falada no Brasil e aos seus falantes com o intuito de investigar se esses licenciandos estão sendo formados para considerar o respeito à diversidade lingüística.

A relevância dessa pesquisa fica também evidenciada na medida em que se analisa o Plano Estratégico (PLANES) da UNICAMP. Conforme esse documento, a missão da UNICAMP é:

“Criar e disseminar o conhecimento na ciência e tecnologia, na cultura e nas artes, através do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro de referenciais de excelência em todos os campos do saber, *mantendo um ambiente de respeito à diversidade* propício à convivência e ao livre debate das idéias, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Formar profissionais capazes de constante aprendizado, preparados para atuar com base nos princípios éticos e com vistas ao exercício pleno da cidadania” (destaque meu).¹

Mais adiante, o documento afirma, ainda: “No cumprimento de sua missão, a UNICAMP procurará sempre [...] acolher a diversidade cultural [e] cultivar os valores humanísticos”. Ora, se a UNICAMP elege o respeito à diversidade cultural como um de seus valores, é de se supor que ela também almeje que todos os alunos que saem dessa universidade compartilhem desse valor, inclusive aqueles que ela forma para atuarem como educadores. Considerando que a língua é um componente importante da cultura (MAHER, 2007), os cursos de formação para a docência em nossa universidade devem, consoante com o que ela almeja, preparar os licenciandos também para a não depreciação das diferentes formas de falar presentes em seu futuro ambiente de atuação profissional.

Berenblum mostra que a língua é muito mais que um instrumento que utilizamos para nossa comunicação. “*A língua é um símbolo de identidade (talvez o mais poderoso) que permite nos reconhecermos como naturais de uma cidade, de um país e, ao mesmo tempo, identificar quem não o é*” (BERENBLUM, 2003, p. 20). Por isso, é de extrema importância o respeito ao modo de falar do outro. Quando há desrespeito e agressão pelo modo como o outro fala, o preconceito à cultura diferente está presente, pois a língua faz parte da identidade, da sua história e da sua cultura do indivíduo.

E para descrever e analisar o valor que os licenciandos atribuem a diferentes variedades sociolingüística da língua portuguesa, bem como a seus falantes será considerado a noção de *representação* proposta por Hall:

A representação é o processo através do qual os membros de uma cultura usam a linguagem (definida, grosso modo, como qualquer sistema que emprega signos, qualquer sistema de significação) para produzir significados. Essa definição implica no importante pressuposto de que as coisas – objetos, pessoas, eventos – não possuem qualquer significado fixo, final ou verdadeiro. Somos nós – na sociedade, no interior das culturas humanas – que fazemos as coisas significarem, que significamos. Os

¹ O PLANES/ UNICAMP encontra-se disponível em <http://www.cgu.unicamp.br/pei/missao.html>

significados, conseqüentemente, sempre mudarão, de uma cultura para outra, de um período para outro. (HALL, 1997, p. 61).²

A imagem que construímos do mundo não retrata, portanto, o “real”, pois a “realidade” é algo que se constrói. Algo que se constrói via discurso. É interesse da pesquisa, então, analisar os discursos produzidos por licenciandos de Pedagogia, de modo a verificar que representações eles constroem acerca das variedades consideradas prestigiosa e não-prestigiosas do português e das identidades de seus falantes. Caso essas representações revelem atitudes preconceituosas, esse fato poderá servir como subsídio para uma reflexão acerca do investimento feito por um dos cursos de formação para a docência da UNICAMP, no que se refere a um dos valores apregoados por essa universidade.

Para podermos responder às questões que esse projeto de pesquisa propõe (*Que representações os sujeitos de pesquisa constroem acerca das variedades do português? Que representações os sujeitos de pesquisa constroem acerca das identidades de seus falantes?*) entrevistamos, de outubro a dezembro de 2007, 20 alunos do último ano do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unicamp. A decisão de eleger alunos do último ano do curso em questão como sujeitos de pesquisa se deveu ao fato de que, como eles já teriam praticamente terminado sua formação para a docência na época da geração de dados, suas reflexões poderiam se constituir em indícios do tipo de formação que tiveram em seu curso.

As entrevistas com os sujeitos de pesquisa foram feitas após a exposição de cada um dos entrevistados a 03 diferentes falas espontâneas, gravadas em áudio. Essas falas foram selecionadas a partir de um *corpus* composto por gravações, em áudio, contendo a opinião de diversas pessoas a respeito de um mesmo assunto: violência nos centros urbanos. A partir desse procedimento, selecionamos 03 falantes que empregavam variedades sociolingüísticas diferentes entre si: um falante cuja fala refletia o que normalmente se classifica como “português culto”; um outro cuja fala podia ser classificada como estando no meio do *continuum* “português culto” e “português errado” e um terceiro falante, cuja fala coincidia com o que o senso comum identifica com um “mau português”. Após ter escolhido os falantes que se encaixassem nas descrições acima, foi selecionado 01 trecho da fala de cada um. É importante esclarecer

² “Representation is the process by which members of a culture use language (broadly defined as any system which deploys signs, any signifying system) to produce meaning. Already, this definition carries the important premise that things – objects, people, events, in the world – do not have in themselves any fixed, final or true meaning. It is us – in society, within human cultures – who make things mean, who signify. Meanings, consequently, will always change, from one culture or period to another”.

que, com o intuito de evitar o risco de selecionar falas monitoradas, os trechos escolhidos referiam-se a momentos em que cada um dos falantes estava discorrendo sobre algum tipo de violência que havia sofrido pessoalmente ou ocorrido com alguém muito próximo: devido ao envolvimento emocional, as falas foram, nesses momentos, bastante espontâneas.

Cada um dos 03 trechos, gravados em áudio, foram apresentados em diferentes momentos das entrevistas semi-abertas realizadas com cada um dos 20 sujeitos de pesquisa. Para elicitare a representação dos licenciandos acerca da identidade dos falantes de diferentes variedades do português adotou-se o seguinte procedimento metodológico: após o sujeito de pesquisa ter ouvido um dos trechos gravados foi-lhe solicitado que descrevesse o modo como imaginava, de um modo geral, ser o falante do trecho em questão – 1ª ETAPA. Procuramos, em seguida, elicitare informações mais pontuais sobre o modo como os informantes imaginavam os falantes (quais seriam os níveis de escolarização dessas pessoas, suas profissões, suas preferências, etc. – 2ª ETAPA. Ao final, pedimos que o sujeito de pesquisa comparasse as três falas de diferentes formas – 3ª ETAPA. As perguntas abaixo serviram como um guia durante as entrevistas:

1ª ETAPA

- (1) Como você imagina que essa pessoa é? Descreva o que você julga devam ser suas características físicas e alguns de seus traços de personalidade.

2ª ETAPA

- (1) Que idade você acha que essa pessoa tem?
- (2) Qual seria a sua profissão?
- (3) E seu nível de escolaridade?
- (4) E sua região de origem?
- (5) Quantos filhos você acha que ela tem?
- (6) Qual seria o partido político dessa pessoa?
- (7) Ela seguiria alguma religião? Qual?
- (8) Que tipo de atividade você acha que ela deve fazer nos momentos de lazer?

3ª ETAPA

- (1) Que tipo de comparação você pode fazer entre os 3 falantes?
- (2) De que fala você mais gostou? Qual delas você achou mais bonita? Por quê?
- (3) Para qual dos 3 falantes você preferiria lecionar? Por quê?
- (4) Qual dos 3 falantes você acha que teria mais facilidade em aprender? Por quê?
- (5) Qual dos 3 falantes você acha que está em melhor condição financeira? Por quê?

Os dados gerados nessas entrevistas estão atualmente em fase de análise. Entretanto, já temos alguns indícios a respeito de algumas das representações construídas pelos licenciandos em questão. Uma das informações mais significativas a respeito da diferença entre os três falantes feita refere-se ao grau de escolaridade atribuído a cada um deles.

Tabela 1

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FALANTE 1	FALANTE 2	FALANTE 3
<i>Fundamental incompleto</i>	-	-	10%
<i>Fundamental completo</i>	-	30%	50%
<i>Ensino médio incompleto</i>	-	-	-
<i>Ensino médio completo</i>	5%	25%	25%
<i>EJA</i>	-	5%	-
<i>Nível técnico</i>	-	5%	10%
<i>Superior incompleto</i>	30%	20%	-
<i>Superior completo</i>	60%	10%	5%
<i>Mestrando</i>	5%	-	-

Podemos ver na tabela 1 a diferença do nível de escolaridade atribuído para o falante 1 – aquele cuja fala refletiria o “português culto” – em comparação ao falante 3 – aquele cuja fala é identificada pelo senso comum como um “mau português”. Enquanto ao primeiro foi conferido o nível superior por 90% dos entrevistados, ao terceiro foi atribuído o nível fundamental por 60% dos licenciandos. Os dados sugerem que, para os entrevistados, parece haver uma relação estreita entre escolarização e formas de falar.

Outra informação relevante presente na 2ª etapa de entrevista diz respeito à profissão que os sujeitos de pesquisa sugeriram para os falantes. Os entrevistados atribuíram ao falante 1 profissões que, além de exigirem um grau de instrução maior, são prestigiosas, como professor, advogado e engenharia. Já o falante 3 foi relacionado a trabalhos que exigem grau de escolaridade menor e têm pouco prestígio social. Por isso, grande parte dos licenciandos o relacionou a serviços braçais, operários de fábrica e trabalhadores do comércio. Novamente, a atribuição de determinadas profissões se deu conforme a maneira de falar dos falantes do áudio. Assim, as informações e os depoimentos dos entrevistados parecem demonstrar que os falantes são elevados a níveis socioeconômicos mais altos conforme a proximidade da variedade linguística utilizada com a norma considerada “cultura”.

Na 3ª etapa da entrevistas os entrevistados justificaram as características atribuídas a cada um dos 03 falantes. É curioso observar que embora alguns dos

entrevistados tenham admitido o risco de serem preconceituosos, mesmo assim não deixaram de atribuir características estereotipadas aos falantes:

“Pela forma de ele falar, infelizmente, a gente tem um monte de preconceito com relação a isso. É meio preconceituoso a gente falar sobre uma profissão pelo jeito que a pessoa fala ou você imaginar uma pessoa só pelo jeito que a pessoa fala, porque ela não fala um português correto, não usa uma linguagem de quem teve uma chance de estudo (...) Mesmo a gente que estuda, a gente fala um tanto de coisa errada, mas eu acho que pela forma que ele fala, ele não deve ter um emprego burocrático (...) talvez trabalhe mais na parte de fábrica, na parte manual” (ENTREVISTA 3)

É preciso salientar a noção de linguagem com que esse entrevistado opera: *Mesmo a gente que estuda, a gente fala um tanto de coisa errada*. Essa noção equivocada de linguagem aparece em várias outras entrevistas, como exemplificado abaixo:

“Eu fui muito pelo jeito da pessoa falar, pelo dialeto dela (...) [O modo de falar] mostra bastante. Existem várias exceções, não são poucas... Eu mesmo falo errado e eu tô em um curso de Pedagogia da UNICAMP. Mas vendo assim, só por uma fita, eu acho que a melhor fala é a que tem melhor condições” (ENTREVISTA 2)

Em relação à atribuição de uma profissão para a falante 2, obtivemos um resultado considerado inesperado. Muitos dos licenciandos sugeriram que a falante tivessem como ocupação o trabalho no lar (40% dos entrevistados). Considerando que ela é a única mulher entre os três falantes, isso parece ser um indício de outro preconceito – que não o preconceito lingüístico - presente em nossa sociedade: o preconceito contra a mulher. Esse dado se torna mais surpreendente se considerarmos que, dos 20 licenciandos entrevistados, 19 eram mulheres.

A análise dos dados aqui apresentados é ainda bastante preliminar. Na continuidade do trabalho, teremos, certamente, melhores condições de tentar responder às questões propostas no projeto aqui apresentado de forma mais consistente.

Referências Bibliográficas:

- BAGNO, M. (2006). *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. Ed. Loyola, SP.
- BERENBLUM, A. (2003). *A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Autêntica, BH.
- BORTONI-RICARDO, S. M.; DETTONI, R. V. (2001). Diversidades lingüísticas e desigualdades sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In.: COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, M. A. (orgs.). *Cenas em sala de aula*. Mercado de Letras, Campinas, SP.

- BRASIL. (1999(a)). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, Língua Portuguesa*. Brasília.
- _____. (1999(b)). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Referenciais para formação de professores*. Brasília.
- FARACO, C. A. “Guerras em torno das línguas”. *Folha Online*, São Paulo, 25/03/ 2001. Suplemento Mais. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2503200118.htm>. Acessado em: 15 jan. 2007.
- GENERRE, M. (1988). Linguagem e poder. In.: VOGT, Carlos A. et al. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus: coletânea de textos* (v.1). Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, SP.
- HALL, S. (1997). The work of representation. In.: _____(org.). *Representation: cultural representations and the signifying practices*. Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, Londres.
- MAHER, T.M. (2007). A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In.: KLEIMAN, A.B. e CAVALCANTI, M. C. (orgs.). *Linguística aplicada: faces e interfaces*. Mercado de Letras, Campinas, SP.
- PLANO Estratégico (PLANES) da UNICAMP. Disponível em: <http://www.cgu.unicamp.br/pei/missao.html>. Acesso em: 14 fev. 2007.
- POSSENTI, S. (1997). *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Mercado de Letras, Campinas, SP.